

Exercício: *Segundo Semestre de 2022*

Município: *Ibiraíaras*

Ação	Parecer	Pontos
1.01	Indeferido porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Foi apresentada uma notícia referente a uma reunião envolvendo apenas integrantes da administração pública municipal, sem envolver público externo a ser sensibilizado. Recurso administrativo: Documentação apresentada demonstra reunião envolvendo representantes da administração municipal. Conforme dispõe o Manual do PIT, não serão validados eventos com a participação apenas de integrantes da administração pública municipal, sem envolver público externo a ser sensibilizado. Recurso indeferido.	0
1.02	Deferido. Participação no curso de Extensão 'Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social' (Univates) e 'Políticas Públicas e Governo Local' (ENAP): Rafael Godoy Braun. Demais certificados anexados são referentes a cursos que não abordam educação fiscal, portanto não pontuam nesta ação.	2
1.03	Deferido. Anexada divulgação publicada em 15/06/2022, portanto em período de prestação de contas diverso do analisado. Considerada divulgação do Informativo PIT nº 12 na página da Prefeitura em 26/08/2022, anexada ao item 1.06.	3
1.04	Deferido. Considerada comprovação anexada no item 1.07, referente à participação na III Semana da Conscientização Tributária e XXIII Seminário Paranaense de Educação Fiscal: Rafael Godoy Braun (16h). Demais certificados foram considerados em outros itens.	2
1.05	Indeferido, porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Não há declaração das diretoras, planos de aula ou trabalhos de alunos datados. Recurso administrativo: Documentação desacompanhada do projeto e de trabalhos de professores e alunos, devidamente datados (pelo menos dois trabalhos), e de ofício do (a) diretor(a) da escola atestando a regularidade da prática pedagógica. Recurso indeferido.	0
1.06	Indeferido porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Divulgação anexada foi veiculada em meio de comunicação, se enquadra e foi considerada no item 1.03. Recurso administrativo: Documentação apresentada no recurso não contempla exemplares do material de divulgação, acompanhados da nota fiscal ou comprovante de uso para atingir diversos segmentos da sociedade. Recurso indeferido.	0
1.07	Indeferido porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Certificado anexado se enquadra e foi considerado no item 1.04. Recurso administrativo: Documentação apresentada não comprova realização de seminário regional para divulgação de boas práticas de educação fiscal, com programação previamente aprovada pelos grupos municipais e estadual de educação fiscal. Recurso indeferido.	0
1.08	Não solicitado.	0
1.09	Indeferido porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Anexada legislação referente à nomeação de membro ao GMEF. Para pontuar nesta ação é necessário comprovar a atuação de funcionário municipal como tutor em cursos de educação fiscal.	0
1.10	Indeferido, porque a lei foi sancionada em período diverso do analisado, em outubro de 2018. Recurso Administrativo: Apresentada Lei Municipal nº 2.382/18, de 10/10/2018, ou seja, de período diferente ao que se refere a prestação de contas. Recurso indeferido.	0
1.11	Indeferido porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Para pontuar nesta ação é necessário inserir o tema Nota Fiscal Gaúcha, com assessoria da Receita Estadual, nas ações, trabalhos, seminários, reuniões e outros eventos relacionados com a Educação Fiscal. Recurso administrativo: Documentos não comprovam que houve a inserção do tema Nota Fiscal Gaúcha, com assessoria da Receita Estadual em ações, trabalhos, seminários,	0

<b>Ação</b>	<b>Parecer</b>	<b>Pontos</b>
	reuniões e outros eventos relacionados com a Educação Fiscal. Recurso indeferido.	
1.12	Deferido. Comprovada divulgação no site da prefeitura do link para a lista dos devedores de ICMS do Município inscritos em Dívida Ativa em 09/08/2022. Recurso administrativo: município recorre de pontuação máxima concedida na pontuação provisória. Recurso sem objeto.	3
2.01	Não solicitado.	0
2.02	Deferido de ofício.	30
2.03	Indeferido porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. A documentação apresentada trata de reunião apenas com integrantes da administração pública municipal, não permitindo concluir que se tratou de evento específico de divulgação do Programa NFG.	0
2.04	Deferido. Divulgação referente ao sorteio mensal do programa NFG, publicada no site da Prefeitura em 14/12/2022.	5
2.05	Indeferido porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Anexado certificado referente a evento que não tratou do Programa NFG. Recurso administrativo: Documentação apresentada não comprova participação de servidores municipal em evento municipal, regional ou estadual do Programa Nota Fiscal Gaúcha, coordenados ou aprovados pela Receita Estadual. Recurso indeferido.	0
2.06	Indeferido porque não foram apresentados os documentos comprobatórios. Divulgações anexadas foram veiculadas em meios de comunicação, se enquadram e foram consideradas no item 2.04. Recurso administrativo: Documentação apresentada não comprova a divulgação dos temas do Programa por meio de cartazes, pôsteres, cartilhas ou outros assemelhados, conforme Manual do PIT. Divulgações em redes sociais e site da prefeitura é objeto da Ação 2.04. Recurso indeferido.	0
3	Indeferido. Apresentou 10 CVIs porém 9 delas não tinham o nome nem o CPF do responsável pela empresa. Recurso administrativo: Deferido. CVIs números: 1960000080, 1960000072, 1960000075, 1960000068, 1960000069, 1960000070, 1960000074, 1960000066, 1960000084, 1960000067. Recurso deferido.	5